

Formação de professores na Região Sudeste: a pós-graduação como sustentabilidade da profissão

Comunicação

Kallyne Kafuri Alves

Faculdade de Música do Espírito Santo “Maurício de Oliveira” (Fames)

kallyne.alves@fames.es.gov.br

Monique Traverzim

Faculdade de Música do Espírito Santo “Maurício de Oliveira” (Fames)

monique.traverzim@fames.es.gov.br

Resumo: O trabalho focaliza o tema da formação de pedagogos(as) na pós-graduação *lato sensu* em educação musical na Região Sudeste do Brasil. Parte da problemática acerca dos cursos de formação que possuem em seu público-alvo pedagogos(as). A partir disso, objetiva analisar o quantitativo de cursos presenciais *lato sensu* voltados a este público em universidades públicas. Utiliza metodologia quantitativa, que mapeia os cursos de pós-graduação em educação musical presenciais em universidades federais e estaduais situadas na região sudeste. Fundamenta-se em bases teórico-metodológicas que zelam pela dialogia e valorização da educação libertária em comunidade (Freire, 2006) para analisar os processos formativos que circunscrevem este campo profissional de educadores musicais. Identifica que existem 12 programas de pós-graduação na região sudeste, voltados às artes ou música, porém, 10 são voltados exclusivamente a pessoas formadas em música e se concentram na modalidade *stricto sensu*. Dos 12 cursos, apenas um tem como público-alvo pedagogos(as) na modalidade *lato sensu* e nenhum deles recebe professores formados em diferentes áreas, apenas formados em música. Conclui com a demanda por investigar o lugar formativo do profissional que trabalha com crianças no contexto de silenciamentos de espaços públicos que pensem a sustentabilidade da profissão em meio às demandas do trabalho docente com crianças.

Palavras-chave: formação musical de pedagogos, educação musical, pós-graduação.

Introdução

Este trabalho se desenvolve a partir da problemática que contextualiza a formação de professores licenciados em Pedagogia, sendo o desejo e o trabalho com música pressupostos de sua prática, mas, nem sempre uma área de formação, seja inicial ou continuada. Isto é, indagamos, se na busca pela pós-graduação, quais cursos oferecidos em instituições de educação superior públicas tematizam a educação musical. E, em caso de existirem, quais deles possuem como público-alvo pessoas licenciadas em Pedagogia.

A problemática exposta surge no contexto de uma Instituição de Ensino Superior pública que as autoras deste texto atuam e que não oferece qualquer tipo de curso para pedagogos(as). Diante de seus interesses relacionados à pesquisa e formação de professores, bem como da possibilidade de se buscar recursos para a abertura de pós-graduação lato sensu na Faculdade de Música do Espírito Santo “Maurício de Oliveira” (FAMES), pensou-se em criar um curso direcionado a um público amplo com foco à formação musical de pedagogos(as), em especial, daqueles(as) que estão em serviço.

No âmbito da formação inicial, sabe-se que a música está presente nos cursos de Pedagogia das universidades públicas do Brasil de forma inexpressiva. Em pesquisa iniciada pelo GPAP – Grupo Arte na Pedagogia – para mapear a presença da Arte nos cursos de Pedagogia (Martins et. al., 2012) e, em sequência, analisando a situação de cada uma das linguagens artísticas, identificou-se que a “música aparece no título de apenas quatro das 56 instituições [pesquisadas]” (Traverzim; Henriques, 2015, p. 99). Ao buscar dados atualizados por meio de levantamento bibliográfico, não se encontrou mais informações sobre o ensino de arte na pedagogia (Schwan; Bellochio; Ahmad, 2018; Natera; Mateiro, 2021).

Não cabe aqui apontarmos, ou mesmo discutirmos acerca dos modos que a formação musical do(a) pedagogo(a) tem se realizado nos poucos espaços que se apresenta em âmbito nacional, mas visto sua inexpressividade em termos de presença, inquieta-nos saber se há cursos de Especialização que acolha e cuide da referida formação. Nesta

proposta, temos como objetivo analisar os dados mapeados, para verificar a relevância dos espaços de formação que, por sua vez, oportunizam o acesso à pós-graduação *lato sensu* presencial sobre educação musical. Esta perspectiva se embasa na relevância da formação de professores, modalidade pós-graduação, como um lugar de ampliação do repertório de práticas pedagógicas fundamentadas em pressupostos acadêmicos.

Sendo assim, compreendemos que a concepção da formação de turmas específicas em pós-graduação, permite o contato com abordagens pedagógicas, metodologias e recursos didáticos, o que impacta e agrega à profissão docente. A necessidade da vivência de práticas em educação musical, permeada por estudo de referencial teórico para a apropriação de conteúdos musicais, estratégias pedagógico-musicais e desenvolvimento de habilidades como a voz cantada, durante a formação musical de pedagogos(as), em serviço, tem sido objeto de pesquisa, discussão e de proposições (Bellochio; Figueiredo, 2017; Tomazi; Bellochio, 2021; Traverzim, 2015).

Num contexto de esvaziamento da formação continuada (Albino; Silva, 2019), em que se privilegia o tecnicismo (Alves, 2022a; Alves, Duarte, 2022b), justifica-se a escolha metodológica de identificar quais universidades federais e estaduais ofertam cursos de especialização em educação musical presencial em seus programas. Nesta perspectiva, defendemos a concepção de professores formados e engajados ao trabalho em um mundo em transformação, com alterações sociais, culturais, artísticas e tecnológicas, numa composição de apoio coral (Vieira, Côco, 2021), cuja proposta seja fortalecer entonações em defesa do campo. Sendo assim, entendemos o espaço da pós-graduação como o lugar de produção de conhecimento, composto por pesquisas que podem se desenvolver a partir de questões do campo da música e da educação, inclusive, de situações-problemas reais provenientes da prática pedagógica do professor.

Partimos do pressuposto de que o acesso e o desenvolvimento artístico, cultural de professores, especialmente aqueles que trabalham com crianças (Kramer, 1993) é uma demanda da educação (e não exclusiva de professores formados em música). Este estudo é

contextualizado pela perspectiva da possibilidade de a música habitar diferentes contextos educacionais. Ao entender que professores buscam a universidade para realizar a pós-graduação, com qualificação obtida por meio de um programa de pós-graduação em educação musical, defendemos a universidade pública e os diferentes contextos educacionais, como escolas formais, em suas diferentes faixas etárias (inclusive educação infantil), instituições de ensino formal e não formal, projetos sociais, entre outros.

Entendemos que o lugar próprio da formação continuada se constitui com programas de pós-graduação, sendo a educação musical uma área de conhecimento essencial para professores que habitam o cenário escolar como responsáveis pelos processos de ensino-aprendizagem e formação integral das crianças na Educação Infantil (EI) e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (AIEF), os(as) pedagogos(as). Por isso, organizamos o texto em três tópicos após esta introdução. Iniciamos com a problemática e o embasamento teórico-metodológico e legal que fundamentam as reflexões. Em seguida, passamos à metodologia, com descrição do trabalho realizado. Finalizamos com os resultados e discussões, demarcando posicionamentos e possibilidades. Por fim, apresentamos as conclusões do estudo, que frutifica em novas questões e oportunidades de estudo, por exemplo, o mapeamento nacional, que abarque todas as universidades do Brasil.

Pedagogia, educação musical e a escola – pessoas da formação e em formação

Sabemos que o(a) pedagogo(a) é o profissional responsável pela formação da criança desde bebê até os 10 anos de idade, nas escolas de educação básica no Brasil, trabalhando de modo integrado a favor do desenvolvimento pleno da criança, já que seu processo de aprendizagem não ocorre de modo fragmentado. A formação em pedagogia passa por complexidade, especialmente no que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais e o conteúdo de bases para a prática (Brasil, 2006; Brasil, 2015; Brasil, 2019; Alves, 2022a).

O referido profissional fica responsável pelas disciplinas na EI e nos AIEF sem ser matemático, literato ou mesmo músico, porém, da mesma forma que estuda, na graduação, metodologias de ensino e teorias acerca da alfabetização e demais áreas do conhecimento, faz-se necessário o estudo e a realização de práticas em educação musical.

Esses profissionais lidam com o conhecimento de forma integrada, articulando todas as áreas. A música não pode estar fora dessa integração, sob pena de se continuar alimentando a fragmentação que é tão criticada em termos curriculares. Além disso, a omissão do professor dos anos iniciais com relação à música pode conduzir a uma concepção equivocada, que reforça a ideia de que música não é para todos (Figueiredo, 2005, p. 27).

Partindo do pressuposto que a música é um direito de todos em conformidade com a LDB 9394/96, que rege a educação nacional e determina que a música deve estar presente nas escolas do País como uma das linguagens artísticas do componente curricular Arte (Brasil, 1996), subentende-se que a escola é o *locus* para o acesso ao conhecimento e o fazer musical.

Diante do exposto até aqui, somando-se o fato de que em apenas parte das escolas – usualmente as particulares – conta-se com a presença do professor de música especialista e que ele atua uma vez por semana, em média de 30 a 50 minutos por aula, dependendo da faixa etária das crianças com as quais trabalha, torna-se urgente pensarmos a formação musical continuada do(a) pedagogo(a), quiçá dos demais licenciados e, ampliarmos o escopo dos estudos e a criação de espaços para que isso se dê.

Defendemos, então, a ideia de que a pós-graduação lato sensu poderia ser um desses espaços para que o(a) pedagogo(a) que atua ou atuou no contexto da educação básica, como professor(a), coordenador(a) ou diretor(a), independentemente de contar com um profissional da educação musical como parceiro no trabalho com as crianças, em especial, no campo da Universidade Pública. Uma formação que possa ampliar o repertório e

o fazer musical, as escutas, as referências estéticas, o modo de se relacionar com a música e de educar musicalmente para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Monique Andries Nogueira (2018) apresenta uma proposta intitulada *formação cultural de professores* entendida como um “processo de ampliação de referenciais estéticos que provoca a reflexão, ao mesmo tempo em que atormenta os sentidos, que alimenta tanto o cérebro quanto a alma, a partir do contato com a obra de arte” (Nogueira, 2018, p. 27). A referida autora afirma, ainda, que o(a) pedagogo(a) “precisa ter experiências de contato com a obra de arte exatamente por não ser um especialista, pois precisa delas tanto para seu enriquecimento pessoal humano, quanto para melhor desempenhar seu ofício de professor” (Nogueira, 2018, p. 28).

Além da ideia de que o(a) professor(a) necessita ter contato com a música, com o sonoro e com práticas pedagógicas fundamentadas em pressupostos acadêmicos durante sua formação, almejamos que ele(a) possa vivenciar um processo formativo que amplie ou até mesmo provoque seu olhar e sua escuta para a cultura da criança que existe, resiste e [re]existe no ambiente escolar. Nossa pretensão corrobora com o desejo da educadora musical referência no Brasil, na formação musical de pedagogos(as) na graduação, na extensão e na pesquisa, Cláudia Ribeiro Bellochio.

A referida pesquisadora brasileira aponta que deseja

uma arte nos processos formativos que além de informar, provoque, desloque, problematize e promova encontros com os modos do professor ver e ouvir os estudantes, sobretudo as culturas que vão sendo produzidas pelas crianças, no caso de professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental; culturas significadas pelo mundo e que o significam. Culturas que se reinventam (Bellochio, 2018, p. 40).

Para tanto, entendemos que a pós-graduação *lato sensu* pode receber o(a) pedagogo(a) que não teve a oportunidade de ter contato com a música e a educação musical em sua formação inicial, de modo a construir uma prática pedagógico-musical própria, de

acordo com suas possibilidades, potencialidades e realidades vividas em sala de aula com as crianças.

Procedimentos Metodológicos

Neste contexto, utilizamos a metodologia do tipo quantitativa para o mapeamento das universidades federais e estaduais que possuem cursos de pós-graduação em educação musical. Para o mapeamento foi realizada uma busca na listagem das Universidades Públicas Federais e Estaduais, no site do Ministério da Educação¹ e foram encontradas 23 universidades, sendo 17 federais e 06 estaduais.

Destas 23 instituições de educação superior (IESs), identificamos 12 sites de universidades que fazem referência à educação musical. Nestes sites, buscamos observar: a) dimensão da temporalidade, ou seja, quanto tempo o curso é oferecido e se ainda está em vigor; b) dimensão de formato, ou seja, se é presencial, híbrido ou totalmente à distância; c) dimensão territorial, ou seja, em quais estados estão localizados. Assim, esperamos obter uma fotografia da região sudeste, no que se refere a universidades públicas que ofertam a pós-graduação em educação musical. Sendo esta a metodologia, passamos aos resultados e discussão, onde apresentamos os dados mapeados.

Resultados e Discussão

Ao mapear a listagem das Universidades Públicas Federais e Estaduais no site do Ministério da Educação, identificamos que a Região Sudeste reúne o número de 23 IESs (sendo 17 federais e 06 estaduais). Dessas 23, todas possuem cursos de pós-graduação, porém, especificamente de pós-graduação em música com linha(s) de pesquisa em educação musical, encontramos apenas 12. Destas, ao ir em cada um dos sites, verificamos que existe uma lacuna no que se refere à formação de professores, especialmente formados em pedagogia para o trabalho com educação musical escolar. Seja imerso em disciplinas

¹ <http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes>

específicas, ou com o trabalho unidocente, a demanda por integrar a música ao currículo é uma constante.

Para otimizar a observação, apresentamos uma tabela, com a listagem dos dados encontrados.

Tabela 1: Mapeamento de Universidades Públicas na Região Sudeste

Universidades Públicas na Região Sudeste	Sites de Universidades Públicas pesquisados que possuem pós-graduação em Música
1. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1. UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Música da UFRJ – Site oficial do PPGM-UFRJ/
2. Universidade Federal Fluminense (UFF)	2. UFMG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação PRPG (ufmg.br)
3. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	3. UFSCar - Pós-Graduação — Departamento de Artes e Comunicação (ufscar.br)
4. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	4. UNICAMP - Estude na Pós Instituto de Artes - Unicamp
5. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	5. USP - Música - ECA-USP - Expo PG USP 2023
6. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	6. UNESP - Pós-Graduação - Unesp - Instituto de Artes - Câmpus de São Paulo
7. Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	7. UFU - Música
8. Universidade Federal de Viçosa (UFV)	8. UFSJ - UFSJ Universidade Federal de São João del-Rei
9. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	9. UERJ https://www.uerj.br/pesquisa/cursos-de-pos-graduacao/
10. Universidade Federal de Lavras (UFLA)	10. UFES - Mestrados e doutorados da UFES Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
11. Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	11. UEMG - Cursos de Pós-Graduação (uemg.br)
12. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	12. UNIRIO - Programa de Pós-Graduação em Música
13. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	
14. Universidade Federal Rural do Rio	

- de Janeiro (UFRRJ)
15. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, cidade de São Paulo
 16. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
 17. Universidade de São Paulo (USP)
 18. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
 19. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
 20. Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)
 21. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
 22. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
 23. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- Escolas de educação básica

Fonte: As autoras

Com os dados, verificamos que a formação em educação musical escolar “some”, das pós-graduações *lato sensu*, ou seja, se concentra mais no *stricto sensu*, Mestrado ou Doutorado, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela II: Informações gerais dos cursos de Pós-graduação *lato sensu* em educação musical

Universidade	Nome	Modalidade e Tipologia	Carga-horária	Currículo
UFRJ	Programa de Pós-Graduação da Escola de Música (PPGM) Programa de Pós-Graduação Profissional em Música	Mestrado e Mestrado Profissional - Stricto sensu Presencial	24 meses	Disciplinas

	(PROMUS)			
UFMG	Programa de Pós-Graduação em Música	Mestrado e Doutorado - Stricto sensu Presencial	24 meses	Disciplinas
UFSCar	Curso de Especialização <i>Música em Movimento: propostas para a Educação Musical Escolar</i>	Especialização - Lato Sensu. Curso híbrido.	18 meses	3 Módulos com 4 disciplinas cada. Curso de Especialização Música em Movimento: propostas para a educação escolar - Turma 2 (faiufscar.com)
Unicamp	Programa de Pós-Graduação em Música	Mestrado e Doutorado - Stricto sensu Presencial	24 meses	Disciplinas
Unesp	Programa de Pós-Graduação em Música da UNESP	Mestrado e Doutorado - Stricto sensu Presencial	24 meses	Disciplinas
UFU	Programa de Pós-graduação em Música	Mestrado em Música - Stricto sensu Presencial Mestrado Profissional em Artes, às quatro Áreas	24 meses	Disciplinas
UFSJ	Programa de Pós-Graduação	Mestrado em Música - Stricto	24 meses	Disciplinas

	em Música	sensu Presencial		
UERJ	Programa de Pós-Graduação em Música	Mestrado Acadêmico e Profissional em Música - Stricto sensu Presencial	24 meses	Disciplinas
UEMG	Programa de Pós-Graduação em Práticas Musicais	Mestrado Acadêmico em Práticas Musicais - Stricto sensu Presencial	24 meses	Disciplinas
USP	Programa de Pós-Graduação em Música	Doutorado e Mestrado Acadêmico - Stricto sensu Presencial	24 e 48 meses	Disciplinas
UNIRIO	Programa de Pós-Graduação em Música	Doutorado e Mestrado Acadêmico	24 e 48 meses	Disciplinas
UFES	Curso De Pós-Graduação Lato Sensu “Especialização em Educação Musical”. Cursos - Lato Sensu SOCS	Especialização - Lato Sensu.	Informação indisponível	Informação indisponível

Fonte: As autoras

Como observado, ao analisar os dados mapeados, os espaços de formação que oportunizam o acesso à pós-graduação *lato sensu* presencial são voltados às pessoas que

possuem graduação na área de artes ou música. Sobre educação musical, ou pós-graduação na modalidade semipresencial em Educação Musical encontramos um curso na UfsCar, porém, é um curso pago, no valor de R\$5.700,00 (matrícula + 18 parcelas de R\$300,00) e foi ofertado no ano de 2021 de acordo com site da referida IES. Encontramos, também, um curso na UFES com apenas o documento de criação, sem maiores informações no site da IES.

Isso nos possibilita identificar que cursos de especialização, voltados especificamente para professores, é uma lacuna que se faz presente na região sudeste do Brasil, sendo a pesquisa nacional uma possibilidade à sequência deste estudo. Essa ausência é preocupante, visto que a formação continuada é essencial para a atualização e amplificação das perspectivas dos profissionais da área, o que possibilita, além do direito à formação engajado com a prática e até mesmo a oportunidade de exercer um trabalho educativo atualizado. Por exemplo, em consonância com pesquisas desenvolvidas, produção de trabalhos em eventos, publicações e as possibilidades que envolvem o contexto acadêmico.

Nóvoa (2009) em suas obras, destaca a importância da formação de professores como um processo contínuo e em constante diálogo com a prática pedagógica, ou seja, “construída dentro da profissão” (p. 19), ressalta a necessidade de os educadores participarem de cursos de pós-graduação e de formação continuada, a fim de se manterem atualizados e atentos às transformações e demandas da sociedade contemporânea. Também nos fundamentando em referenciais teóricos da formação, consideramos o que pontua Brzezinski (1996), que por sua vez, defende a ideia de que a formação de professores deve contemplar não apenas aspectos técnicos e teóricos, mas também dimensões éticas, estéticas e políticas. A autora destaca a importância de uma formação crítica e reflexiva, que possibilite aos professores repensarem suas práticas e buscarem novas abordagens e metodologias.

Assim, problematizamos o acesso à formação por profissionais que trabalham com a música e propomos a existência de formações *lato sensu* para pedagogos(as) que trabalham

com crianças na rede básica de ensino. Diante desse cenário, a ausência de cursos de pós-graduação presenciais em Educação Musical na região sudeste do Brasil e a lacuna na formação dos professores da área, indagamos qual é o lócus de formação dos profissionais que trabalham com música nas escolas, como desenvolvem suas pesquisas, aperfeiçoamento da prática, o que pode favorecer a troca de experiências e a construção coletiva de conhecimento. Haja vista a especificidade da infância e as atribuições delegadas à profissionais, responsabilizando-os pela sua formação.

Neste contexto, entendemos como relevante a oportunidade de interagir com o universo musical acadêmico, ampliando os horizontes da formação (contato com instrumentos musicais, participação em concertos e atividades extracurriculares em música) para além do *stricto sensu*. Acreditamos que um caminho potente é a aposta em iniciativas de criação e oferta de cursos de pós-graduação presenciais em Educação Musical, voltados para professores em outras regiões do Brasil, além da própria região sudeste. Isto, pois, existem “ausências de formação musical dos professores de Educação Infantil” (Vectore, et al., 2019). Dessa forma, entendemos que este estudo contribuirá para a valorização da área e para a formação de profissionais conectados com a demanda da sociedade atual, além de possibilitar a criação de currículos que atendam à realidade educacional, integrando propostas pedagógicas em suas diferentes possibilidades de expressão (Campos, 2015).

Considerações Finais

Levando em consideração os estudos realizados, que indicam a demanda por formação musical pelos(as) pedagogos(as) e a escassez de instituições públicas que a ofereçam, levantadas neste estudo, podemos compreender que a existência de cursos de pós-graduação *lato sensu* presencial para professores formados em pedagogia que abordem as questões ligadas à educação musical escolar é relevante e necessária no contexto brasileiro. Isto incentiva a realização de mais pesquisas de mapeamento dos cursos realizados

pelos profissionais para darem conta do cotidiano escolar, a visibilidade e tipologia de cursos existentes e o lugar da formação deste profissional.

Ao trabalhar na educação básica, sabemos que o conhecimento do universo musical é essencial para o trabalho com o currículo, sendo a formação um dos espaços para a continuidade e aprimoramento do trabalho. Lidar com o currículo da educação brasileira é uma tarefa complexa, que exige esforços teóricos e práticos e que não pode ficar delegada à própria sorte dos profissionais. Sendo assim, defendemos a ideia de que o poder público enxergue as demandas de formação profissional de pessoas que trabalham com música e com crianças em instituições de educação básica no contexto brasileiro.

Referências

ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andrea Ferreira da. BNCC e BNC da formação de professores: Repensando a formação por competências. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./maio 2019. Disponível em:

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/966>. Acesso em: 27 set. 2021.

ALVES, Kallyne Kafuri. Reflexões sobre as novas diretrizes para a formação de professores e sua relação com a gestão educacional e escolar em diferentes etapas e modalidades.

CADERNOS DE PESQUISA, v. 29, p. 81-103, 2022a.

ALVES, Kallyne Kafuri; DUARTE, Ana Lucia Cunha. Efeitos da BNC-Formação no curso de Pedagogia: Em defesa da gestão escolar e das infâncias. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 26, n. 00, p. e022132, 2022b. DOI: 10.22633/rpge.v26i00.17222.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17222>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: CNE, 2006.

Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf?query=LICENCIATURA. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n. 2, de 1 de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: CNE, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 abr. 2021.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Modos de pensar juntos a formação cultural de educadores em arte e pedagogia. *In*: MARTINS, Mirian Celeste; BONCI, Estela; MOMOLI, Daniel. *Formação de educadores: modos de pensar e provocar encontros com a arte e mediação cultural*. São Paulo: Terracota Editora, 2018. p. 35 - 47.

BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro; DE FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira. Cai, cai balão: Entre a formação e as práticas musicais em sala de aula: discutindo algumas questões com professoras não especialistas em música. *Música na Educação Básica*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistameb.abem.mus.br/meb/article/view/112>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento/ magistério*. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

CAMPOS, Gilka Martins de Castro. *A formação de professores de música para a educação básica na região Centro-Oeste* / Gilka Martins de Castro Campos. – Goiânia: [s. n.], 2015.

FIGUEIREDO. *Educação musical nos anos iniciais da escola: identidade e políticas educacionais*. Revista da ABEM. Porto Alegre, v. 13, n. 12, p.21-29, mar. 2005. Disponível em: <http://abemeducaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/331/261>. Acesso em: 12 jan. 2015.

KRAMER, Sonia. *Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil*. SP: Ática, 1993.

MARTINS, Mirian Celeste (et. al.). Arte na Pedagogia. In: XXII CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DOS ARTE/EDUCADORES DO BRASIL, 22, 2012, São Paulo. Anais: XXII CONFAEB Arte/Educação: Corpos em Trânsito. São Paulo: Ed. UNESP/Instituto de Artes/SP/FAEB, 2012 (CD-ROM).

NATERA, Gislene; MATEIRO, Teresa. Música na formação acadêmico-profissional nos cursos de Pedagogia: 20 anos de pesquisa. *OPUS*, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 21, abr. 2021. ISSN 15177017. Disponível em: <https://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/opus2021a2704>. Acesso em: 23 jun. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.20504/opus2021a2704>.

NOGUEIRA, Monique Andries. A formação cultural de professores ou a arte da fuga - 15 anos. In: MARTINS, Mirian Celeste; BONCI, Estela; MOMOLI, Daniel. In: *Formação de educadores: modos de pensar e provocar encontros com a arte e mediação cultural*. São Paulo: Terracota Editora, 2018. p. 26-34.

NÓVOA, António. *Professores: Imagens do futuro presente*. Educa, Lisboa, 2009.

SCHWAN, Ivan Carlos; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro; AHMAD, Laila Azize Souto. Pedagogia e música: um mapeamento nos anais dos encontros nacionais da associação brasileira de educação musical e nas revistas da abem entre 2008 e 2017. *Revista da ABEM*, [S. l.], v. 26, n. 41, 2019. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/789>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TOMAZI, Ana Carla. Simonetti Rossato; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. *A voz cantada e falada: uma pesquisa-formação com professoras da educação infantil*. Retratos da Escola, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 565–580, 2021. DOI: 10.22420/rde.v15i32.1288. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1288>. Acesso em: 22 jun. 2024.

TRAVERZIM, Monique. *A brincadeira da cultura tradicional da infância na formação musical do pedagogo*. Dissertação (Mestrado em Música) –Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. São Paulo: 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/136661>. Acesso em 22 abr. 2020.

TRAVERZIM, Monique; HENRIQUES, Wasti. Possibilidades e desafios do ensino musical nos cursos brasileiros de Pedagogia. *Revista Trama Interdisciplinar*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2016.

Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/8343>. Acesso em: 23 jun. 2024.

VECTORE, Celia. et al. Linguagem musical em instituições infantis: avaliação de duas propostas para formação docente. *Psicologia Escolar e Educacional*. 2019, v.23. Disponível em: scielo.br/j/pee/a/jnqVWy6cn5rMd69H6Mkpwwbz/?format=pdf&lang=pt.

VIEIRA, Marle Aparecida Fideles de Oliveira; CÔCO, Valdete. O curso pedagogia da terra e a formação de educadores do MST: abordagens das produções científicas. *Dialogia*, [S. l.], n. 39, p. e20625, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20625>. Acesso em: 14 out. 2024.